

Você está em [Opinião](#)

O MANIFESTO DOS PROFESSORES

“O Estado de S.Paulo” Caderno Notas e Informações: p. A 33; 26-10-2013

Ao julgar a ação de reintegração de posse impetrada pela Procuradoria Jurídica da USP com o objetivo de retomar o prédio da Reitoria, que foi invadido a machadadas no início do mês por um pequeno grupo de estudantes, sob o pretexto de reivindicar a eleição direta para reitor, a primeira instância e a segunda instância da Justiça estadual estimularam as partes em confronto a "dialogar com serenidade e ponderação".

Nas duas instâncias, a Justiça paulista deixou de lado o fato de que a ação judicial impetrada pela **Reitoria da USP** tinha por objeto apenas uma questão possessória e passou a tratar de um tema que não estava sub judice - a estrutura administrativa e o processo decisório da maior universidade brasileira. Vinculados a minúsculas facções de extrema esquerda, os invasores apresentaram-se como vencedores, mantendo a ocupação das instalações da administração central da USP. Também afirmaram que a Justiça endossou a forma de protesto adotada pelo grupo e deflagraram uma greve por tempo indeterminado, impedindo as aulas em algumas unidades da instituição, especialmente na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Depois de três semanas de baderna e confusão, mais de cem docentes da FFLCH assinaram um manifesto criticando, de forma contundente, a intolerância e a violência dos estudantes que reivindicam a eleição direta para reitor, empilhando cadeiras, mesas e armários nos corredores e nas portas das salas de aula, com o objetivo de impedir qualquer atividade acadêmica. "A imposição forçada da greve ao conjunto da faculdade se dá por métodos de coerção inaceitáveis e inapropriados ao convívio universitário", afirma o manifesto, que foi assinado, entre outros, pelo professor **José Álvaro Moisés**, do Departamento de Ciência Política, **Davi Arrigucci Júnior**, do curso de letras e teoria literária, e **Flávio Wolf de Aguiar**, ex-presidente da Associação dos Docentes da USP (Adusp).

Além da crítica à violência dos estudantes, os signatários do texto chamam a atenção para outro importante aspecto da invasão do prédio da Reitoria e para a promoção de "cadeiraços" na FFLCH. "Temos abdicado de apontar e condenar as derivas autoritárias e truculentas de uma parcela nem sempre representativa dos alunos", dizem eles. Segundo os professores **Sérgio Miceli**, do Departamento de Sociologia, e **Laura de Mello e Souza**, do Departamento de História, "desde que os piquetes começaram, a vontade da minoria militante impera, não permitindo ouvir as vozes

dissonantes, mesmo majoritárias, sepultando o diálogo entre os próprios estudantes e destes com os docentes".

A reação dos invasores e piqueteiros foi a esperada. Além de manter os "cadeiraços" nas salas dos cursos de história, geografia e ciências sociais, eles classificaram os signatários do manifesto como "direitistas". Também os acusaram de "sabotar a mobilização", atestando assim, de forma inequívoca, a procedência das críticas de uma parcela expressiva do corpo docente da FFLCH.

Com quatro campi na cidade de São Paulo e seis no interior, a USP tem 92 mil estudantes. Desse total, 58,3 mil estão matriculados na graduação; 28,4 mil fazem pós-graduação; e 5,3 mil são alunos especiais. Os números dão a dimensão da falta de representatividade do grupo que vem impedindo a administração central da instituição de funcionar e inviabilizando o cumprimento do semestre letivo pela FFLCH. Sob o pretexto de defender a adoção de uma gestão tripartite, com mandatos revogáveis por decisão de assembleias universitárias, cerca de 300 a 400 estudantes recorrem à violência e ao vandalismo para impor sua vontade a um universo de 92 mil alunos. Como levar a sério um grupo que, representando 0,5% do corpo discente, quer impor à força o participacionismo e o assembleísmo numa instituição que, por princípio, funciona com base no princípio do mérito?

Os signatários do manifesto dos docentes da FFLCH viram o que a primeira e segunda instâncias da Justiça nem de leve perceberam - a impossibilidade de um diálogo sério e honesto quando uma das partes não tem representatividade.

Você está em [Opinião](#)

ÀS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE SÃO PAULO

Roberto Romano

[Roberto Romano, professor aposentado da Unicamp, é autor de 'O Caldeirão de Medeia -Perspectiva.]

“O Estado de S.Paulo” – Cad. Espaço Aberto: p. A 2 / 19-10-2013.

A coerência é uma virtude, mas precisa de outras para ser bem praticada. Sem contrapesos ela causa tragédias. Coerentes, os inquisidores processaram milhares de feiticeiras e bruxos. Também os nazistas foram coerentes com seus princípios antisemitas. Quem se pauta apenas pela coerência esquece a opacidade do mundo onde vivemos e morremos.

No Brasil constatamos fidelidades lógicas ensandecidas, como a dos ditadores que destruíram a liberdade de escrita e a livre circulação dos corpos. Persiste entre nós a coerência repressiva, com a opção preferencial pelos pobres, desde o início do Estado brasileiro.

Após o Concílio Vaticano II veio a opção preferencial da Igreja Católica pelos negativamente privilegiados (a expressão é de Max Weber). Hoje, com o papa Francisco, retorna a coerência da referida opção.

A forma coerente da nossa política se encontra no trato oligárquico. Para ele se dirigem os partidos e líderes, conservadores ou progressistas, em nome da "governabilidade". Todas essas coerências lógicas e opções têm sentido, não raro hediondo, mas efetivo. Basta conhecer a estrutura da sociedade nacional e sua história para entender o que gera a ética pervertida que domina a maioria de nossos gestores.

Existem coerências práticas, entretanto, que desobedecem a seus próprios princípios lógicos. Os estudantes de partidos e movimentos políticos minoritários, mas truculentos, quando exigem direitos reais ou supostos, não titubeiam e invadem reitorias universitárias. É a sua opção prática preferencial. Mas os seus princípios anticapitalistas exibem lógica distorcida. Como se afirmam democratas radicais, os únicos na vida civil, eles cobram eleições diretas para a direção acadêmica, sem precisar responder pelos câmpus diante da sociedade e mesmo da Justiça.

No mesmo fôlego em que defendem consulta direta para reitor, verberam quem resiste às festas nos ambientes de pesquisa e de estudo, em boa parte regadas pelo álcool e por substâncias que trazem a perda de consciência. Vejamos um ponto apenas: como se coadunam as práticas festeiras, que produzem até mortes, com o princípio lógico essencial da democracia (desde a Grécia) de responsabilização? O imposto que sustenta as universidades públicas (e boa parte das privadas) sai do bolso popular tendo em vista alguns fins, quais sejam, a pesquisa, a docência, os serviços à comunidade. Em qual ponto entram as festas? Elas não servem para a investigação, nada têm que ver com o ensino e menos ainda com o serviço social.

Mas não é aí que se encontra o ponto mais complicado. Aqueles militantes se dizem democratas porque socialistas, combatem o lucro sem peias e as instituições que o produzem. Eles invadem, perguntemos, as reitorias de universidades privadas brasileiras, mesmo das que cobram preços altíssimos, sem pesquisa e cujo ensino é lastimável? Por que motivo eles não entram à força nesses recintos?

Ali os docentes são dirigidos com mão de ferro por burocratas, funcionários e alunos não têm licença para sequer dar palpites na administração interna. Para entrar nessas escolas, professores e alunos

passam pelos controladores soberanos. Nelas a propaganda consome recursos que deveriam ser aplicados na produção dos saberes. E os intrépidos invasores ignoram tal sistema de lucro e autoritarismo, sem nenhuma ação?

Entendemos o mutismo da União Nacional dos Estudantes (UNE) no caso. Ela auferir subsídios de governos coerentes com a política realista e dependem da "bancada do ensino privado no Congresso". Também ganha com a venda de carteirinhas e outras técnicas do capitalismo estatal. Mas, e os ativistas que se afirmam contrários ao status quo? O seu inimigo efetivo seria mesmo a universidade pública, a sua luta visa a destruir os setores que mais pesquisam, mais ensinam, mais prestam serviços comunitários?

Os militantes poupam os câmpus privados porque neles os proprietários não temem exigir a força para desalojar invasores. Consideram os invasores mais proveitoso para sua causa atacar instituições em que já existem meios de consulta e debate. Congregações, conselhos, diretórios estudantis, sindicatos são adereços nas universidades privadas.

Todos aqueles modos de governar existem nas universidades públicas e são acatados se professores, funcionários e alunos, partícipes da academia, sugerem melhorias na pesquisa, no ensino, no serviço à comunidade. Elemento essencial: na escola pública a autonomia não significa "soberania". Esta pertence ao povo e aos democraticamente eleitos por ele, em todos os partidos. Exigir, como o faz o DCE da USP, uma estatuinte "livre, soberana e democrática" é usurpar a prerrogativa dos que pagam impostos. Caso contrário, que proclamem a república estudantil da USP, um outro país que deve atribuir-se leis próprias, gerar e gerir fonte de renda sem ajuda de outro país, o Brasil.

Recordo aos dirigentes acadêmicos, aos professores e estudantes: a autonomia, sobretudo financeira, das instituições paulistas é garantida apenas por um decreto-lei, instrumento jurídico fragilíssimo. Apoiar ou tolerar a destruição em andamento é, com certeza, a maneira mais eficaz de garantir a radical mudança no estatuto jurídico da USP, da Unesp, da Unicamp, delas retirando verbas públicas, o que será fatal com a perpetuação da truculência. A instauração do ensino pago, a redução das verbas de ensino e pesquisa serão causadas pela tortuosa lógica dos que desejam controlar patrimônios do povo sem prestar contas a ninguém. O mesmo vale para seus cúmplices, estudantes e professores que hoje não se manifestam contra os violentos ou apoiam a corrosão da universidade pública paulista.